



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
FACULDADE UnB DE PLANALTINA-FUP

ANTÔNIO RÉGIS JUNIELSON LIMA DUARTE

Da parceria entre a Universidade Pública e Governo Federal: acompanhamento das ações de formação de capacidades no âmbito do projeto GOVFUN-BR.

Planaltina-DF

2023

Da parceria entre a Universidade Pública e Governo Federal: acompanhamento das ações de formação de capacidades no âmbito do projeto GOVFUN-BR.

Relatório final de estágio supervisionado obrigatório do curso Gestão do agronegócio, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em gestão do agronegócio.

Orientador: Dr. Mário Lúcio de Ávila

Supervisor(a) de estágio: Marco Aurélio de Carvalho

Vieira e Silva

Planaltina-DF

2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por toda força, saúde e por ter colocados pessoas maravilhosas e queridas em meu caminho.

Aos meus “alicerces”, Maria da Glória Bezerra Lima, minha mãe, e José Ribamar Sousa Duarte Júnior, meu irmão, que por anos me incentivaram em meus estudos. Quero agradecer também de forma especial a Stéfany Gabriela da Silva Sales por toda ajuda nesse trabalho e por todo apoio durante as dificuldades que tive.

As minhas amigas, Ana Paula Bomfim de Castro, Jeanna Martins Souza, Ortência Cassia Martins Brandão, Danielly de Sousa Caldas e Karynne Eduarda Carneiro Ferreira por todas as aventuras, parcerias, apoio, sorrisos e principalmente os conselhos. Meninas, vocês são 10!

Ao Guilherme Marques França Rabelo por ter sido uma das primeiras pessoas com quem tive contato durante a graduação e que além de ótimo amigo, foi um excelente parceiro em meus trabalhos acadêmicos. Ao Cristiano Ferreira da Silva, pois mesmo não estando presente neste momento na graduação, foi de grande importância para o entendimento que tive de assuntos relacionados ao curso, bem como também um ótimo amigo.

Ao Marco Aurélio de Carvalho Vieira e Silva e ao professor Mário Lúcio de Ávila pelos acompanhamentos, instruções e ajuda durante o período de estágio obrigatório no CEGAFI. Aos cegafianos Diana Dayara e Robson Santos pelas conversas, dicas e pela disponibilidade durante meus momentos de dúvidas.

Por fim, agradeço a professora Donaria Coelho Duarte, pois durante o período de pandemia, pensei em desistir da graduação, mas acabei mudando de ideia logo após presenciar todo afinho de uma das professoras mais fantásticas que tive durante a graduação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média geral de notas das 3 primeiras capacitações lançadas	31
Tabela 2 - Média geral de notas das 3 capacitações lançadas posteriormente	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Governança e Regularização	32
Gráfico 2 - Relação SIGAA/Moodle e aprovados: Governança e Regularização	33
Gráfico 3 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Conflitos Socioambientais	34
Gráfico 4 - Relação número de inscritos no SIGAA, Moodle e aprovados: Conflitos Socioambientais	35
Gráfico 5 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Visão Crítica	36
Gráfico 6 - Relação número de inscritos SIGAA/Moodle e aprovados na capacitação: Visão Crítica	36
Gráfico 7 - Relação número de inscritos no SIGAA/Moodle e aprovados na capacitação: Faixa de Fronteira	38
Gráfico 8 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Ordenamento Territorial	38
Gráfico 9 - Relação número de inscritos no SIGAA/Moodle e aprovados: Ordenamento Territorial	39
Gráfico 10 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Desenvolvimento Rural Sustentável	40
Gráfico 11 - Relação número de inscritos no SIGAA/Moodle e aprovados: Desenvolvimento Rural Sustentável	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVO GERAL	9
2.1 Objetivos específicos	9
3. REFERENCIAL TEÓRICO	10
3.1 Questão Fundiária no Brasil: Governança e Regularização	10
3.2 Governança e Regularização Fundiária em terras do INCRA e União nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste - GOVFUN-BR	12
3.3 Universidades Públicas como polos de criação e disseminação do conhecimento	13
3.3.1 UnB	14
3.4 Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília CEGAFI- UnB	15
3.5 Cursos EAD: Importância, métodos e viabilidade	16
3.6 Parceria entre Universidade Pública e o Governo Federal	17
3.7 SIGAA e Moodle	19
3.8 Visão geral das 6 (seis) capacitações do Projeto GOVFUN-BR	21
4. METODOLOGIA	30
5. RESULTADOS	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41

RESUMO

Sendo um modelo de ensino crescente, a modalidade de educação a distância (EAD) está cada vez mais presente no cotidiano da população, pois a mesma oferece muitos benefícios. Dentre eles, pode-se citar oportunidade de estudar quando e onde quiser. Dito isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar os resultados das 6 (seis) capacitações EAD ofertadas por meio do Projeto Governança e Regularização fundiária em terras do INCRA e União nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (GOVFUN-BR). O projeto é uma cooperação técnico-científica e institucional entre a diretoria de ordenamento fundiário do Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), por meio do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI-UnB). As capacitações são as seguintes: I- Ordenamento territorial e a questão ambiental no Brasil: atualizações ; II -Governança e regularização fundiária; III-Regularização ambiental e fundiária e desenvolvimento rural sustentável; IV-Governança Fundiária, Regularização e conflitos socioambientais; V- Regularização Fundiária e Meio Ambiente em Faixa de Fronteira e VI - Visão Crítica sobre Tecnologias no processo de Ordenamento Territorial no Espaço Rural - atualizações. Durante o estudo, foram feitas pesquisas sobre temas relacionados a faculdades públicas, GOVFUN-BR, Questão Fundiária no Brasil: Governança e Regularização e outros. Ademais, também foram feitas análises com bases em dados das 6 capacitações, obtidos via CEGAFI. Percebeu-se, ao longo do estudo, adesão maior em algumas capacitações com relação à outras, lacunas no entendimento do processo de inscrição nas capacitações, bem como uma necessidade de melhora na gestão do tempo para conclusão das capacitações.

Palavra-chave: Capacitações, CEGAFI, GOVFUN-BR, Governança, Regularização, Universidade de Brasília

ABSTRACT

Being a growing type of teaching, the Distance Education is increasingly present in the daily life of the population, for it offers many benefits, from which one can mention the opportunity to study whenever and wherever one wants. The present paper aims to analyse the results of the 6 (six) Distance Learning Courses that are offered through the Governance and Land Regularisation Project in INCRA lands and Union in the South, Southeast, Midwest, and Northeast regions (GOVFUN-BR). The project is a technical-scientific and institutional cooperation between the land management department of the National Institute of Agrarian Colonization and the Brasilia Foundation University (FUB), through the Management Centre and Familiar Agriculture innovation. The training courses are as follows: I- Territorial ordering and the environmental issue in Brazil: updates; II - Governance and agrarian regularisation; III- Environmental and agrarian regularisation and sustainable rural development; IV- Agrarian Governance, Regularisation, and socio-environmental conflicts; V- Agrarian Regularization and Environment in the Border Strip and VI - Critical View on Technologies in the Territorial Ordering process in Rural Areas - updates. During the study, researches were carried out on topics related to public universities, GOVFUN-BR, Agrarian Issues in Brazil: Governance and Regularisation amongst others. Furthermore, analyses were also carried out based on data from the 6 training courses, they were obtained via CEGAFI. Note that throughout the study, there was a greater adherence in some trainings in relation to others, gaps in the understanding of the trainings registration process, as well as a need for improvement in time management to complete the trainings.

Keywords: Training, CEGAFI, GOVFUN-BR, Governance, Regularisation, University of Brasília

1. INTRODUÇÃO

Como ferramenta importante para garantir a justiça econômica, social e política, a regularização fundiária, segundo a Lei Federal Nº 11.977/2009, é: “ um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL ,2009). Dessa forma, garante o direito à moradia, pleno desenvolvimento das funções da propriedade e torna a população regularizada visível à luz das políticas públicas.

De acordo com dados obtidos no Censo agropecuário de 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), metade dos estabelecimentos rurais no país apresentavam menos que 10 hectares (50.91%) e ocupavam somente 2,28% da área tida como estabelecimento. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 hectares, ocupavam a maioria das terras disponíveis (47,6%), justificando a importante demanda por regularização e aplicações do ordenamento territorial, objetivo do projeto Governança e Regularização Fundiária em Terras do Incra e União nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (**GOVFUN-BR**)

Visando mapeamento, produção, gestão da informação, acompanhamento, planejamento, qualificação e ações relativas à governança fundiária, o projeto de pesquisa é uma cooperação técnico científica entre a então Diretoria de Ordenamento Fundiário do Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA), hoje chamada de Diretoria de Governança Fundiária e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), via Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI-UnB).

O projeto tem como um dos seus objetivos específicos produção e divulgação acadêmica de estudos, planos, diagnósticos e afins, bem como a **capacitação** e outras ações necessárias à boa execução dos termos.

Ressaltando a divulgação acadêmica de estudos e a formação de capacidades, o projeto GOVFUN-BR desenvolveu 6 (seis) capacitações de extensão na modalidade EAD, gratuitas, com temas inter-relacionados, tendo a Regularização Ambiental como assunto chave. As capacitações de extensão são os seguintes: I- Ordenamento territorial e a questão ambiental no Brasil: atualizações ; II -Governança e regularização fundiária; III-Regularização ambiental e fundiária e desenvolvimento rural sustentável; IV-Governança Fundiária, Regularização e conflitos socioambientais; V- Regularização Fundiária e Meio Ambiente em faixa de Fronteira

e VI - Visão crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no espaço rural - atualizações.

Já vista antes mesmo da pandemia como uma tendência, a modalidade de ensino EAD é uma realidade no dia a dia do brasileiro. Seja em uma graduação, em cursos livres ou somente por hobby, a modalidade EAD traz vários pontos positivos como: liberdade para aprender quando e onde quiser, autonomia de aprendizagem, conforto, menores custos e etc.

Tendo em vista o conteúdo até aqui já exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar de forma qualitativa as capacitações do Projeto GOVFUN-BR, dando destaque à questões como: método de realização, conteúdo das capacitações, carga horária por módulos, número de aprovados no SIGAA e no Moodle, número de alunos por tipo de vínculo, média geral de notas e público real atingido

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Analisar de forma qualitativa as 6 (seis) capacitações do Projeto GOVFUN-BR, dando destaque a questões como: método de realização, conteúdo das capacitações, carga horária por módulos, número de aprovados no SIGAA e no Moodle, número de alunos por tipo de vínculo, média geral e público real atingido.

2.2 Objetivos específicos:

- Debater sobre os resultados das 6 (seis) capacitações do projeto GOVFUN-BR, tendo como principal apoio dados obtidos por meio do SIGAA e do Moodle;
- Divulgar dados das 6 (seis) capacitações do Projeto GOVFUN-BR obtidos por meio do SIGAA e do Moodle;
- Apresentar o Projeto GOVFUN-BR;
- Abordar temas relacionados à: capacitações EAD, Projeto GOVFUN-BR, Universidades Públicas, parceria entre Universidades Públicas e Governo Federal e disseminação de conhecimento.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Questão Fundiária no Brasil: Governança e Regularização

Sendo um tema complexo, a questão fundiária no Brasil é uma temática que envolve a posse, uso e distribuição da terra no país. Historicamente, no Brasil, ocorreu uma concentração de terras nas mãos de poucos, o que conseqüentemente gerou grandes latifúndios. Esse legado, que é realidade desde o período colonial, levou à uma distribuição desigual de terras e contribuiu para muitos problemas sociais, econômicos e ambientais ao longo dos anos.

De acordo com Coutinho e Rodrigues (2015,p.2): “A questão da posse da terra no Brasil se funda a partir da concentração fundiária originada desde o período colonial e presente até os dias atuais.” Dessa forma, a questão encontra seu “núcleo” nas raízes históricas do modelo econômico capitalista, que sendo extremamente desigual, promove o antagonismo entre classes sociais

Na atualidade, a questão fundiária no país passou por algumas mudanças, mas ainda enfrenta problemas advindos do passado brasileiro. Para Vilas Boas (2018, p.52) “o desigual acesso à terra constitui uma mazela no cenário agrário nacional, atravancando milhões de brasileiros na busca por um pedaço de terra”.

A Constituição Federal de 1988 delibera que “é garantido o direito de propriedade”, seguido no inciso seguinte, que declara que: “a propriedade atenderá a sua função social” (BRASIL,1988). A função social da terra está relacionada à noção de que a terra não deve ser utilizada apenas para benefício exclusivo do proprietário, mas deve contribuir para o bem-estar da comunidade como um todo. Isso implica em considerar o acesso à terra, a produção de alimentos, a preservação ambiental, a geração de empregos e a promoção da agricultura familiar como elementos importantes na utilização da terra.

Nesse cenário, ocorreram movimentos de exploração inadequada das terras (principalmente por conta da monocultura), lutas no campo e outras ações que circundam a posse da terra, tais como: conflitos por terra, Reforma Agrária, lutas de povos indígenas e comunidades quilombolas; desmatamento e outros. Segundo Almeida (2020, p.65), “o acesso ao recurso terra tornou-se um dos principais conflitos socioambientais, histórico e hodierno, fundador da crescente desigualdade social no campo, decorrente do modelo excludente e profundamente injusto que deu forma à sociedade brasileira”.

Como forma de mitigar tais problemas, há o surgimento da Governança e Regularização Fundiária, que embora relacionadas no contexto da gestão de terras e dos recursos naturais, são

temas distintos. Destaca-se que essas duas formas de gestão estão ligadas à administração de terras públicas. Segundo Pompeu (2022,p.62), o termo “terra da União” é utilizado para se referir à áreas de domínio do Governo Federal e que não são de titularidade privada ou Estadual. Essas terras são administradas e regulamentadas pelo Poder Executivo Federal. Lacerda caracteriza a governança fundiária da seguinte maneira:

A Governança Fundiária diz respeito ao conjunto de estratégias, políticas, meios de administração e utilização da terra. Dentro desse conjunto de funcionalidades estão presentes estudos para a criação de legislações, regulamentações, sistemas de informações e também a distribuição de competências no vínculo que é criado entre o homem, a terra e o Estado (LACERDA 2018, *apud* GOMES, 2019, p. 11).

Para Gaban e Cordeiro (2019), a Governança Fundiária tem como um dos seus objetivos conciliar interesses políticos, econômicos, sociais, públicos e privados não alinhados. Nesse contexto, a Governança Fundiária deve evitar situações socialmente não aceitáveis, ecologicamente perigosas e economicamente inviáveis (GABAN e CORDEIRO, 2019).

O conceito de Regularização Fundiária, como já supracitado neste trabalho, encontra-se na Lei Federal N° 11.977/2009. De forma geral, a Regularização Fundiária pode ser descrita como um processo pelo qual propriedades urbanas ou rurais que se encontram em situação irregular são legalizadas e formalizadas, garantindo os direitos dos proprietários e a segurança jurídica.

De acordo com Ceolin:

Por ser estrita e umbilicalmente vinculada ao direito fundamental da moradia, ao pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e rural, ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a regularização fundiária destaca-se como importante instrumento urbanístico, rural, social e econômico (CELION, 2015, p.91).

Para finalizar, é importante destacar que a Governança e a Regularização Fundiária são importantes temas para o Projeto GOVFUN-BR, que será apresentado na sessão seguinte.

3.2 Governança e Regularização Fundiária em terras do INCRA e União nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste - GOVFUN-BR

Coordenado por docentes do Campus da UnB Planaltina, o projeto Governança e Regularização Fundiária em terras do INCRA e União nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (GOVFUN-BR) é uma cooperação técnico-científica e institucional entre a diretoria de ordenamento fundiário do Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), por meio do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI - UnB).

Apresenta como instrumento legal o termo de execução descentralizada N° 19/2017, celebrado entre o INCRA e a Universidade de Brasília (UnB), com apoio operacional da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC). O objetivo geral do projeto é mapear, produzir, gerir informações, acompanhá-las; Planejar e qualificar planos, projetos e ações ligados à governança do programa de regularização fundiária de terras federais nas áreas de responsabilidade do INCRA (17 estados fora da Amazônia legal e Distrito Federal), contribuindo para a diminuição dos passivos de terras públicas regularizáveis do órgão.

Segundo o site oficial do CEGAFI, dentre os objetivos específicos, estão:

1. Qualificação das informações fundiárias, visando à elaboração e operacionalização do plano nacional de regularização fundiária PNR-INCRA.
2. Elaboração de quatro (04) projetos regionais nas áreas prioritárias das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.
3. Elaboração de um (01) plano de georreferenciamento para terras do INCRA e União fora da Amazônia legal, incluindo o desenvolvimento e atualização de sistemas informatizados de georreferenciamento e titulação.
4. Organizar informações dos projetos de colonização criados anteriormente a publicação do primeiro plano nacional de reforma agrária - I PNRA, visando seu processo de titulação.
5. Apoio na realização de revisão das leis e normativos afetos à questão fundiária, em toda sua amplitude.
6. elaboração de estudos diversos sobre questões específicas vinculadas a regularização fundiária.
7. Produção e divulgação acadêmica de estudos, planos, diagnósticos e afins, bem como capacitação e outras ações necessárias à boa execução dos termos.

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) é uma análise do produto quinze (15), contido na meta 8 (seminários e capacitações) do Projeto GOV FUN-BR, denominado "Realizar 6 atividades de capacitação abertas ao público em geral, na modalidade à distância sobre as temáticas de Governança Fundiária no Brasil, contemplando os temas de Regularização Fundiária, Cadastro Multifinalitário, Gestão de Conflitos Agrários e outros vinculados à temática fundiária.

3.3 Universidades Públicas como polos de criação e disseminação do conhecimento

Englobando um variado grupo de instituições públicas e privadas, a educação superior no Brasil abarca diversos tipos de cursos e programas, por meio de vários níveis de ensino que vão desde a graduação, pós, mestrado e doutorado. Atualmente, o regime de funcionamento das instituições citadas encontra-se fundamentado nos preceitos da constituição federal de 1988, na Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 e em vários conjuntos de decretos, regulamentos e portarias complementares (NEVES,2002 *apud* SOUZA, 2019).

Além de serem instituições de ensino reconhecidas por suas produções de grande valia para os diversos âmbitos da sociedade, as universidades públicas produzem novos conhecimentos, tecnologia e técnicas através da pesquisa. Outra contribuição importante dessas instituições são os projetos de extensão. Os projetos de extensão fazem com que o conhecimento produzido dentro da universidade pública chegue até a sociedade na forma de programas, projetos e ações que melhoram a vida de muitas pessoas (UFES, 2013).

De acordo com Casaril (2019, p.291) “As universidades públicas são entidades sem fins lucrativos que se distinguem pelos diversos serviços que proporcionam à coletividade social. Destacando que, um dos seus principais objetivos seria a maximização de bem estar social por meio da inovação, pesquisa e transmissão de conhecimento”.

Dados da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES), mostram que as universidades públicas são responsáveis pela geração entre 95% a 99% da produção científica nacional. Para além disso, dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) destacam que as 20 instituições brasileiras líderes em pesquisa científica são públicas, sendo que 15 são universidades federais e 5 estaduais (USP, 2019)

Contribuindo para criação e disseminação de conhecimento, o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI-UnB), por meio da cooperação técnico-científica e institucional entre a diretoria de ordenamento fundiário do Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), desenvolveu 6 (seis) cursos de capacitação com temas inter-relacionados, tendo a Regularização Ambiental como ponto focal.

3.3.1 UnB

Fundada em 21 de abril de 1962, a Universidade de Brasília é uma instituição idealizada para combinar o rigor da ciência com a ousadia da arte. Na UnB, a produção de conhecimento obedece ao modelo que articula pesquisa, extensão e ensino, o que cria uma formação universitária de qualidade, apoiando todas as formas de saber e comprometida com a cidadania (CEGAFI, 2020).

Diante de sua formação, a Universidade de Brasília (UnB) ocupa posições que a colocam como uma das melhores Universidades do País, tanto por seu polo de pesquisa quanto pela formação de seus alunos e pela qualidade de seus professores. É de grande importância para a UnB manter o caráter social da instituição (CEGAFI, 2020)

Assim, os seus projetos beneficiam a sociedade de modo geral e captam recursos a fim de melhorar a própria Universidade. Isso contribui para que a UnB seja, atualmente, um dos melhores centros de pesquisa do País, com 22 professores que desenvolvem pesquisas de ponta no âmbito nacional e internacional, ajudando no avanço do conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, como pilares de desenvolvimento da sociedade.

Segundo o site oficial da universia, plataforma aberta responsável por serviços não financeiros que visam aproximar estudantes de universidades Federais ao mercado de trabalho; “atualmente a UnB oferece 105 cursos de graduação, sendo 30 noturnos e 10 à distância. Há ainda 147 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 22 especializações *lato sensu*. Os cursos estão divididos em quatro campi localizados no Distrito Federal: Darcy Ribeiro (Plano Piloto), Planaltina, Ceilândia e Gama. Os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a biblioteca central, o hospital veterinário e a fazenda água limpa” (UNIVERSIA, 2022).

3.4 Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília- CEGAFI - UnB

Tendo seu início em 2013, o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI-UnB) é responsável pelo desenvolvimento de ensino, extensão, tecnologia, monitoramento e inovação, levando sempre em consideração questões climáticas, agroecologia, sistemas produtivos e políticas públicas.

Seu principal meio de fortalecimento é através de parcerias com órgãos do executivo federal, organizações da sociedade civil e financiadores internacionais. O CEGAFI - UnB atua por meio da interação com Estado, sociedade civil e população ao monitorar, avaliar, articular ou refletir sobre as atividades dos diferentes projetos e políticas, atuando também no fornecimento de subsídios para as decisões do governo brasileiro.

O CEGAFI - UnB atualmente tem sua sede na Faculdade UnB de Planaltina (FUP) e conta com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores(as) com ampla experiência em políticas públicas e gestão, tecnologia da informação, comunicação, inovação, geotecnologias, meio ambiente e desenvolvimento. O modelo desenvolvido pelo CEGAFI - UnB abrange formulação, implementação, disponibilização e manutenção de aplicativos, exposição de dados relevantes, oferecimento de informações e conhecimento ligado às iniciativas em que operam.

Atualmente, o Centro também está presente em programas de pós-graduação e na forma de ensino a distância, capacitando alunos de todo Brasil remotamente por meio de suas plataformas e desenvolvendo cursos com parceiros e projetos como: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), FUNAPE (Fundação de Apoio à Pesquisa), FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos), FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), Unicafe (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.) , WWF (*World Wildlife Fund*), Projeto Radis, Projeto monitora; Projeto GOVFUN-BR (objeto deste estudo) e outros.

3.5 Cursos EAD: Importância, métodos e viabilidade

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) dão um novo passo quanto ao ensino, forma de ensinar e disseminação de conhecimento. Elas ampliam a conectividade social e intelectual, utilizando de uma interação virtual que está cada dia mais presente no cotidiano da população mundial. Segundo Mangolin *et al* (2016, p.2):

“No Brasil, gradativamente, há o incremento de acesso às tecnologias, de forma que elas estão cada vez mais intrínsecas ao dia a dia brasileiro. Tecnologias como tablets, smartphones, mp3player, notebooks são itens hoje comuns que dificilmente ficam sem utilização diária.”

Para Couto Junior (2013), “refletir sobre educação com o surgimento da cibercultura é mais do que a utilização pura e simples da mídia digitais na sala de aula, é perceber e legitimar outras formas de aprender”. O “novo aprender” se baseia na prática de dinâmicas de compartilhamento e na colaboração em rede com outros internautas.

Segundo dados do instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2021 foram mais de 3,7 milhões de matriculados em cursos a distância. Esse número representa 41,4% do total. Na série histórica destacada em uma pesquisa feita pelo instituto entre os anos de 2011 a 2021, o percentual de alunos matriculados em cursos EaD aumentou 274,3%, enquanto nos presenciais, houve uma queda de 8,3%.

Nessa linha de pensamento, se faz necessário repensar a forma em que o ensino brasileiro está se expandido e qual caminho deve tomar ao longo dos próximos anos. Destacando-se como tendência, a modalidade EaD mostra-se como símbolo do futuro no aspecto apresentado, mas é de suma importância analisar seus pontos positivos e negativos, bem como as metodologias aplicadas pelos professores frente ao EAD. Para Mangolin *et al* (2016, p.3):

“É necessário pensar nas diversas variáveis que possam vir a interferir no processo, como dificuldade de acesso à ferramenta, repertório do educando, inabilidade com o computador ou similar, ruídos na comunicação e no entendimento, disposição do educando, suporte social e educacional, dentre inúmeras outras de acordo com a forma estabelecida de EaD.”

Destacando os pontos positivos do ensino EAD, Mussio (2020, p.6) em seu artigo intitulado “reflexões sobre as modalidades de estudo na educação a distância: benefícios e limitações”, elenca os seguintes benefícios da modalidade EAD: economia de dinheiro e tempo, inclusão, inovação, comodidade e autonomia.

Pensando no campo metodológico, há várias formas de abordagem aplicáveis, tal como a aprendizagem baseada em problemas, ou ABP. Para Borges *et al* (2014, p.3),:“ A ABP é uma proposta pedagógica que consiste no ensino centrado no estudante, baseando-se na solução de problemas”. Dessa forma, o estudante deixa o papel passivo de apenas receptor do conhecimento e passa a agir como formulador e gestor do mesmo em um campo que tange a realidade.

O ensino à distância (EAD) possui inúmeras plataformas que asseguram condições de criação, manutenção e avaliação do processo de aprendizagem do estudante e oferecem infinitos recursos didáticos pedagógicos. No âmbito do CEGAFI-UnB, a plataforma de eleição é o Moodle.

Dentre as ferramentas que podem ser utilizadas para confecção de aulas expositivas pelo professor (a), é possível citar a ferramenta Canva e o programa *Microsoft PowerPoint*. Essas ferramentas permitem ao usuário criar artes, infográficos, postagens para redes sociais e vídeos animados. A expertise em usar o Canva está em criar uma aula mais chamativa e com recursos que venham a “prender” o aluno ao conteúdo lecionado. Para avaliação, o *Google Forms* se mostra como uma ferramenta possível. Através dele, é exequível a formulação de atividades de forma rápida e prática, pois o mesmo é capaz de realizar a correção de questões objetivas de forma automática, bem como informar o percentual de acertos, questões mais erradas e outros pontos para futuros diagnósticos que visem a melhoria da metodologia do professor (a).

3.6 Parceria entre Universidade Pública e o Governo Federal

Pelo decreto N° 14.343 se deu a criação da primeira Universidade brasileira, a Federal do Rio de Janeiro, no ano de 1920. De acordo com Oliveira (2020), a “Universidade do Rio de Janeiro foi constituída a partir da reunião de três escolas criadas no início do século XIX, após a vinda da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil”. “Em 5 de julho de 1937, a Lei n.º 452 reorganizou e transformou a URJ em Universidade do Brasil (UB)” (OLIVEIRA, 2020). Oliveira (2020) ainda pontua que “a Universidade do Brasil nasceu marcada pelo gigantismo e por pretensões de unanimidade e profundamente elitista”.

Após mais de 100 anos da criação da primeira Universidade Pública do Brasil, lutas por igualdade, adoção de ações afirmativas, reestruturação da forma de ensino e outros eventos que culminaram nas Universidades Federais que hoje existem, pode-se dizer que essas instituições

são de grande valia para a sociedade brasileira. Seja por suas inovações, seus projetos de extensão ou suas estruturas que visam o atendimento à sociedade, as universidades públicas hoje são uma parte importante para o Brasil.

Aragaki (2019) em uma das edições do Jornal da USP, de título “Universidade pública tem papel social, intelectual e econômico”, entrevista Hernan Chaimovich, do Instituto de Química (IQ) e ex-pró-reitor de Pesquisa e Extensão da Universidade em questão. Na publicação do Jornal eletrônico, para o ex-pró-reitor:

“As universidades públicas têm uma missão que compreende formar pessoas capacitadas para alavancar um País inteiro. Além disso, as universidades públicas, especialmente no Brasil, têm uma responsabilidade única de produzir conhecimentos e fazer com que esses conhecimentos tragam benefício social, intelectual e econômico para a sociedade”. (Guralnik, 2019).

Sendo uma república federativa presidencialista, o Brasil é formado pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Conhecido como Governo Federal brasileiro ou União, a estrutura em questão é dividida em três Poderes: Legislativo, executivo e Judiciário. Cada Poder é independente entre si (seguindo o que está estabelecido na constituição brasileira), sendo a relação harmônica entre eles um ponto chave para essa dinâmica. Nessa construção, o Poder Executivo Federal é exercido pela figura do presidente da República.

O Governo Federal é responsável por criar medidas e funções que irão valer para todo território Nacional, além de criar Políticas Nacionais nos campos da: educação, saúde e segurança. Também cabe ao Governo Federal a responsabilidade sobre o Ensino superior e técnico público, visando a qualidade dos mesmos. De grande importância, cabe à União fazer o repasse de recursos destinados à saúde aos Estados e Municípios, fiscalizar a construção e a manutenção de rodovias interestaduais, ferrovias e aeroportos nacionais; fiscalização e construção de barragens e hidrelétricas e administração de empresas públicas (SILVA, 2021).

Como área focal e destacando que há outras atividades exercidas pelo Governo Federal que vão além das que foram apresentadas, destaca-se a Reforma Agrária, ponto transversal à Regularização Fundiária, objeto de estudo do Projeto GOVFUN-BR.

Existem diversas maneiras de parceria entre as Universidades Públicas e o Governo Federal. Há algumas delas que incluem, por exemplo: Programas de bolsas de estudo, financiamento, Políticas de incentivo à inovação; cooperação em Projetos de pesquisa e programas de capacitação de docentes.

Abordando os temas em questão e usando o Projeto GOVFUN-BR como “porta” para análise, observa-se a importância da parceria entre a Universidade Pública e o Governo Federal. Por meio das inovações, criações e formação de capacidades, as Universidades Públicas

auxiliam nas atividades do Governo Federal. No objetivo geral do Projeto GOVFUN-BR, destacam-se as ações de: mapear, produzir, gerir informações, acompanhá-las; planejar e qualificar planos, projetos e ações ligadas à Governança do programa de Regularização Fundiária de terras Federais nas áreas de responsabilidade do INCRA (17 Estados fora da Amazônia legal e Distrito Federal), contribuindo para diminuição dos passivos de terras Públicas regularizáveis do órgão.

Além disso, há os objetivos específicos, que ao lado de toda estrutura de Projetos, profissionais qualificados e produções, mostram o caminho que deve-se seguir para garantir a boa execução dos termos e conseqüentemente, o beneficiamento do público alvo, assegurando, dessa forma, a justiça social e a gestão de terras de forma correta em termos ambientais, sociais, econômicos e urbanísticos.

É importante salientar que a parceria entre Universidade Públicas e o Governo Federal precisa ter a autonomia universitária como absoluta, respeitando a liberdade disciplinar, a gestão democrática e a autonomia na definição de suas políticas institucionais. Essa parceria é de sumo interesse para fortalecer o sistema de ensino superior Público do Brasil e contribuir para o avanço científico e tecnológico do país.

3.7 SIGAA e Moodle

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) é um espaço onde gerencia-se disciplinas, notas, presenças dos discentes, plano de ensino, cronograma letivo e outras várias informações relativas à vida da comunidade acadêmica. No SIGAA pode-se encontrar informações de ensino, pesquisa e extensão (participação em monitorias, projetos de extensão e bolsas de iniciação científica), bem como matricular-se em cursos de extensão que são ofertados pelas instituições (UFRRJ, 2018). No artigo intitulado “Análise do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) na perspectiva do corpo docente e discente do curso Técnico Integrado em Edificações – IFSC Câmpus São Carlos”, Mallmann (2018, p. 8) pontua que:

“A disponibilidade de materiais, atividades e demais informações através da internet facilita a vida acadêmica do aluno. Os docentes dispõem de recursos para fazer com que as informações relativas às suas disciplinas cheguem mais facilmente aos alunos. A alimentação do sistema com notas, frequências e conteúdos ministrados em aula permite um acompanhamento mais preciso da vida acadêmica dos alunos e

traz celeridade na geração de relatórios, facilitando assim os processos de gestão e tomada de decisão da instituição.”

Através do SIGAA foi possível realizar matrícula em qualquer uma das 6 (seis) capacitações do projeto GOVFUN-BR, seguindo os seguintes passos (SALES, 2023):

1. Acessar a plataforma:

<https://sigaa.unb.br/sigaa/public/extensao/loginCursosEventosExtensao.jsf>

2. Clicar em “Ainda não possuo cadastro” e preencher o formulário de cadastro informando os dados solicitados. Após concluir, receberá um *e-mail* para confirmação do cadastro;
3. Ao finalizar o processo de cadastro, é enviado um *e-mail* para confirmação do mesmo. Para validar o cadastro, é necessário clicar no link enviado para o e-mail do discente;
4. Após validar o cadastro, é preciso voltar a tela de *login* e acessar o sistema de acordo com os dados cadastrados;
5. Dentro do sistema, é possível cadastrar-se nas capacitações, acessando a área “cursos e eventos abertos”;
6. Direcionado para tela de consulta de atividades disponíveis, no campo “tipo de atividade” selecione “curso”.
7. Logo após, procure pelas capacitações do Projeto GOVFUN-BR;
8. Encontrando as capacitações, clique na “lupa” para obter mais informações sobre os cursos e/ou clique na “seta” verde para inscrever-se
9. Preencha o formulário de inscrição
10. Terminando todas as etapas, a inscrição na(s) capacitação (ões) será efetivada. É possível acompanhar o status de inscrição clicando em "página inicial"> “Meus cursos e eventos”. Através da página “Meus cursos e eventos” é possível ter acesso à informações como: capacitação em que o discente está inscrito e visualização e *download* de certificados.

De acordo com Lima (2021,p.9):

O Moodle – (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*) – Ambiente de Aprendizagem Dinâmico Orientado a Objetos Modulares, é um software livre de apoio ao ensino/aprendizagem. É um sistema de gerenciamento de aprendizagem, voltado para a web, onde os professores podem criar salas de estudo online, disponibilizar material didático e propor tarefas interativas como fóruns, criação de

wikis e testes. Para os alunos, esse ambiente facilita a troca de conhecimento, através da interação com todos os agentes envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

Como complemento, Rostas e Rostas (2009, p.140) afirmam que:

- O Moodle, sendo um AVA, potencializa a aprendizagem colaborativa, apresentando diversos recursos importantes, dentre eles: chat, fórum, mensagem, workshop (oficina de trabalho) e wiki (coleção de documentos em hipertexto).
- O Moodle é um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades on--line.
- O Moodle aplica--se tanto à forma como foi feito como a uma sugestiva maneira pela qual um estudante ou um professor pode se integrar estudando ou ensinando um curso on--line. Dispõe de uma proposta bastante diferenciada:

As capacitações do projeto GOVFUN-BR puderam ser acessadas na plataforma Moodle CEGAFI através do *link*: <https://ead.cegafiunb.com/moodle/login/index.php>. Lá os discentes tiveram acesso às videoaulas, artigos, materiais de apoio e outros recursos pedagógicos utilizados pelos docentes.

No SIGAA foram realizadas as matrículas e emissão dos certificados de qualquer uma das 6 (seis) capacitações do projeto GOVFUN-BR; no Moodle ocorreu a exposição de conteúdo, sanção de dúvidas e outras atividades voltadas à aprendizagem do discente. Vale destacar que para receber o certificado de qualquer uma das 6 (seis) capacitações, foi necessário que o discente estivesse matriculado no SIGAA e no Moodle.

3.8 Visão geral das 6 (seis) capacitações do Projeto GOVFUN-BR

1) Ordenamento Territorial e a questão ambiental no Brasil: atualizações

Lecionado pelos professores Mário Lúcio de Ávila e Marcelo Trevisan, a capacitação “Ordenamento Territorial e a questão Ambiental no Brasil: atualizações” teve como objetivo geral: apresentar e discutir o conceito de ordenamento territorial e ambiental, seus impactos, limites e potencialidades na gestão do território e nas alterações de uso e ocupação do solo” (ÁVILA E TREVISAN, 2023) .

Segundo Ávila e Trevisan (2023), os objetivos específicos foram:

- Detalhar conceito de ordenamento territorial e ambiental;

- Apresentar e debater o ordenamento territorial rural a partir das terras públicas federais, das terras já destinadas e das ainda não destinadas, além do ordenamento ambiental a partir das terras privadas;
- Detalhar as atribuições das estruturas governamentais federais de gestão territorial e ambiental existentes, suas condições atuais e seu papel na execução da política de ordenamento territorial;
- Apresentar as ferramentas de apoio ao processo de ordenamento territorial e ambiental a partir das informações cadastrais gráficas e literárias existentes.

A capacitação ocorreu no período de 1 de Junho a 13 de julho, contando com 10 dias de prorrogação. As principais formas de divulgação da capacitação foram pelas redes sociais do próprio CEGAFI, pelo *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. A capacitação contou com 4 (quatro) módulos, cada um com 10 horas de duração. A Forma de apresentação deu-se por meio de aulas assíncronas no módulo 1º (um), 2º (dois) e 3º (três), todos também com indicação de leitura. No 4º módulo, a aula foi apresentada em conteúdo sistematizado em apresentação e indicação de literatura. Para ser aprovado (a), o aluno(a) precisou concluir todos os módulos e obter nota igual ou superior a 50% na avaliação final, que contou com 10 (dez) questões objetivas. Os módulos da capacitação se dividiram da seguinte forma:

Módulo 1

- Conceitos gerais de ordenamento territorial e ambiental. (governança / ordenamento / gestão / sistemas de administração)
- Desafios do ordenamento territorial urbano
- Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável de terras
- Objetivo do Desenvolvimento Sustentável e do Ordenamento territorial
- Marcos legais do Ordenamento Territorial e Meio Ambiente

Módulo 2

- Ordenamento Territorial e ambiental a partir das terras públicas.
- TIs, UCs, Glebas Públicas, Florestas, TQs, Projetos de Assentamento, Regularização Fundiária e Terras privadas
- Alteração do uso e ocupação do solo (impactos)

Módulo 3

- Estruturas governamentais de ordenamento: Incra – MDA - MMA – SFB – ICMBio – IBAMA – FUNAI – MPO – SPU.

Módulo 4

- Ferramentas de gestão territorial e ambiental
- O papel do CAR, SIGEF, SNCR, CAFIR
- Estruturas de ordenamento.
- Câmara de destinação

2) Governança e Regularização Fundiária

A capacitação Governança e Regularização Fundiária, lecionada pelo professor Reinaldo José de Miranda Filho e pela professora Katiúcia Mendes Santos, teve como objetivo geral apresentar e discutir o conceito de Governança e Regularização Fundiária, seus impactos, limites e potencialidades (FILHO e SANTOS, 2023). Segundo filho e santos (2023), os objetivos específicos foram:

- Detalhar os conceitos de governança e regularização fundiária;
- Apresentar e debater sobre governa fundiária responsável;
- Detalhar as atribuições das estruturas governamentais federais de gestão territorial e o papel nas políticas de Governança e Regularização Fundiária;
- Apresentar a legislação brasileira sobre a regularização fundiária;
- Identificar os principais desafios e obstáculos enfrentados no processo de regularização fundiária no Brasil;
- Apresentar novos aspectos das Diretrizes voluntárias para governança responsável

A capacitação ocorreu no período de 1 de Junho a 13 de julho, contando com 10 dias de prorrogação. As principais formas de divulgação da capacitação foram pelas redes sociais do próprio CEGAFI, pelo *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. A capacitação contou com 4 (quatro) módulos, cada um com 20 horas de duração. A Forma de apresentação deu-se por meio de aulas assíncronas; conteúdo sistematizado em apresentação e indicação de literatura. Para ser aprovado(a), o aluno(a) precisou concluir todos os módulos e obter nota igual ou superior

a 50% na avaliação final, que contou com 10 (dez) questões objetivas. Os módulos da capacitação se dividiram da seguinte forma:

Módulo 1

- Avaliação da Governança Fundiária no Brasil.
- Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra

Módulo 2

- Aspectos Legais da Reforma Agrária - Linha do tempo
- Direitos Territoriais: Povos e comunidades tradicionais

Módulo 3

- Grilagem de terras
- Conflitos fundiários

Módulo 4

- Apresentação dos resultados da Cooperação INCRA/UnB

3) Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável

Tendo os professores Tamiel Khan e Iris Roitman como responsáveis, a capacitação Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável teve como objetivo principal: discutir os principais desafios e oportunidades da regularização fundiária e as implicações para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, a capacitação objetivou fornecer aos participantes um panorama crítico sobre a associação entre regularização ambiental e fundiária e como a execução destes processos, em conjunto ou separadamente, influenciam em variáveis chave que estão ligadas ao desenvolvimento rural sustentável, em várias escalas de observação, abrangendo aspectos socioambientais, políticas públicas e conservação da biodiversidade (KHAN e ROITMAN, 2023).

A capacitação ocorreu no período de 1 de junho a 13 de julho, contando com 10 dias de prorrogação. As principais formas de divulgação da capacitação foram pelas redes sociais

do próprio CEGAFI, pelo *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. A capacitação contou com 2 (dois) módulos, cada um com 20 horas de duração. A Forma de apresentação deu-se por meio de aulas assíncronas; conteúdo sistematizado em apresentação e indicação de literatura. Para ser aprovado (a), o aluno(a) precisou concluir todos os módulos e obter nota igual ou superior a 50% na avaliação final, que contou com 10 (dez) questões objetivas. Os módulos da capacitação se dividiram da seguinte forma:

Módulo 1

- Regularização Fundiária
- Regularização Ambiental
- Desenvolvimento Rural Sustentável
- Cadastro Ambiental Rural

Módulo 2

- Desafios da Regularização Ambiental e Fundiária no Brasil.
- Conflitos Fundiários e Ambientais: a Regularização como alternativa de solução
- Instrumentos de regularização ambiental e fundiária no Brasil, Marcos legais da regularização ambiental no Brasil, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa de Regularização Ambiental (PRA) Código Florestal: Lei 12.651/2012, Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE) , Regularização fundiária: conceitos básicos e marcos legais, o que é regularização fundiária, Marcos legais da regularização fundiária no Brasil, Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), Programa Terra Legal.

4) Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais

De acordo com os docentes responsáveis pelo curso de capacitação “Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais”, professor Tamiel Khan e Iris Roitman, o objetivo geral do mesmo foi: criar uma visão crítica sobre a relação entre a ocorrência e potencialização de conflitos socioambientais e a sua relação com os processos ligados à ações de regularização ambiental e fundiária, destacando como o desdobramento

destes processos influenciam na dinâmica do uso e ocupação do território (KHAN e ROITMAN, 2023).

A capacitação ocorreu no período de 1 de Junho a 10 de julho, contando com 10 dias de prorrogação. As principais formas de divulgação da capacitação foram pelas redes sociais do próprio CEGAFI, pelo *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. A capacitação contou com 4 (quatro) módulos, cada um com 10 horas de duração. A Forma de apresentação deu-se por meio de aulas assíncronas; conteúdo sistematizado em apresentação e indicação de literatura. Para ser aprovado(a), o aluno(a) precisou concluir todos os módulos e obter nota igual ou superior a 50% na avaliação final, que contou com 10 (dez) questões objetivas. Os módulos da capacitação se dividiram da seguinte forma:

Módulo 1

- Conceitos fundamentais de Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais
- O papel da Gestão Ambiental na prevenção e resolução de conflitos socioambientais
- Legislação Ambiental e Fundiária aplicada ao tema

Módulo 2

- Principais causas de conflitos socioambientais relacionados à Regularização Ambiental
- Regularização Ambiental como instrumento de Gestão Ambiental
- Processos de Regularização Ambiental e suas etapas

Módulo 3

- Conceitos Fundamentais de Governança Fundiária e sua relação com conflitos socioambientais
- O papel da Gestão Fundiária na prevenção e resolução de Conflitos Socioambientais
- Processos de Regularização Fundiária e suas etapas

Módulo 4

- Análise de casos práticos de conflitos Socioambientais relacionados à Regularização Ambiental: Conflitos envolvendo terras indígenas e a Regularização Fundiária e Ambiental
- Análise de casos práticos de Conflitos Socioambientais relacionados à Governança Fundiária: Conflitos envolvendo comunidades tradicionais e a Regularização Fundiária e Ambiental em áreas de uso coletivo

- Conflitos envolvendo empresas e comunidades locais em áreas de expansão urbana e industrialização, e envolvendo proprietários rurais e a Regularização Fundiária e Ambiental em áreas de preservação Ambiental; Conflitos envolvendo áreas de proteção ambiental e a exploração econômica

5) Regularização Fundiária e Meio Ambiente em Faixa de Fronteira

Lecionado pelos professores Adriano de Bortoli e Júlia Dias Salomão, a capacitação Regularização Fundiária e Meio Ambiente em faixa de Fronteira teve como objetivo geral: estudar os principais aspectos jurídicos da relação entre as ocupações humanas e o Meio Ambiente em áreas de Faixa de Fronteira (BORTOLI e SALOMÃO, 2023).

A capacitação ocorreu no período de 1 de junho a 13 de julho, contando com 10 dias de prorrogação. As principais formas de divulgação da capacitação foram pelas redes sociais do próprio CEGAFI, pelo *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. A capacitação contou com 4 (quatro) módulos, cada um com 10 horas de duração. A Forma de apresentação deu-se por meio de aulas assíncronas no 1º (primeiro) módulo e conteúdo sistematizado em apresentação e indicação de literatura no 2º (segundo), 3º (terceiro) e 4º (quarto) módulo. Para ser aprovado(a), o aluno(a) precisou concluir todos os módulos e obter nota igual ou superior a 50% na avaliação final, que contou com 10 (dez) questões objetivas. Os módulos da capacitação se dividiram da seguinte forma:

Módulo 1

- Previsões legais sobre Faixa de Fronteira, fundamentos do direito Ambiental e restrições e limitações aos exercícios do direito de propriedade

Módulo 2

- Situação Fundiária e tutela constitucional Ambiental em Faixa de Fronteira.

Módulo 3

- Mudanças legislativas e jurisprudenciais no âmbito do direito Ambiental e Agrário e seus impactos na regularização fundiária rural em faixa de fronteira.

Módulo 4

- Papel da sociedade civil e os mecanismos de participação popular na proteção do Meio Ambiente e na Regularização Fundiária Rural em Faixa de fronteira.

6) Visão crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no Espaço Rural

Os professores responsáveis pelo curso de formação, Rômulo José da Costa Ribeiro e Raimundo Fagner Frota de Vasconcelos, definem como objetivo geral da capacitação “Visão crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no Espaço Rural”: abordar os principais conceitos e ferramentas relacionadas ao uso de tecnologias no ordenamento territorial, tais como sistemas de informação geográfica, sensoriamento remoto e tecnologias de comunicação e informação”. Além disso, o curso buscou apresentar os principais desafios e limitações na utilização dessas tecnologias no contexto rural, a fim de promover uma abordagem crítica e consciente sobre a sua utilização (RIBEIRO E VASCONCELOS, 2023).

A capacitação ocorreu no período de 1 de Junho a 10 de julho, contando com 10 dias de prorrogação. As principais formas de divulgação da capacitação foram pelas redes sociais do próprio CEGAFI, pelo *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. A capacitação contou com 4 (quatro) módulos, cada um com 10 horas de duração. A Forma de apresentação deu-se por meio de aulas assíncronas; conteúdo sistematizado em apresentação e indicação de literatura. Para ser aprovado(a), o aluno(a) precisou concluir todos os módulos e obter nota igual ou superior a 50% na avaliação final, que contou com 10 questões objetivas.

Módulo 1

- Conceitos básicos de Ordenamento Territorial;
- Importância do Ordenamento Territorial no espaço rural;
- Objetivos e desafios do processo de Ordenamento Territorial;
- Legislação aplicada ao Ordenamento Territorial no espaço rural.

Módulo 2

Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

- Funcionamento e principais ferramentas do SIG
- Geoprocessamento e análise espacial
- Exemplos práticos de aplicação do SIG no ordenamento territorial no espaço rural

Sensoriamento Remoto

- Conceitos básicos de sensoriamento remoto
- Tipos de sensores remotos e suas aplicações

- Exemplos práticos de aplicação do sensoriamento remoto no ordenamento territorial no espaço rural

Modelagem Computacional

- Modelos de simulação e previsão
- Exemplos práticos de aplicação da modelagem computacional no ordenamento territorial no espaço rural

Integração de tecnologias

- Exemplos de integração de SIG, sensoriamento remoto e modelagem computacional no Ordenamento Territorial no espaço rural
- Vantagens e desafios da integração de tecnologias no processo de ordenamento territorial

Módulo 3

- Vantagens e desvantagens do uso das tecnologias no processo de ordenamento territorial;
- Limitações tecnológicas e operacionais;
- Desafios éticos e sociais relacionados ao uso das tecnologias no ordenamento territorial no espaço rural;
- Capacitação de técnicos e gestores para o uso das tecnologias.

Módulo 4

- Tendências tecnológicas no ordenamento territorial no espaço rural;
- Novas ferramentas e metodologias emergentes;
- Implicações sociais, ambientais e econômicas das novas tecnologias no ordenamento territorial no espaço rural;
- Planejamento estratégico para a incorporação de novas tecnologias no processo de ordenamento territorial no espaço rural.

4. METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa, com aprofundamento sobre: método de realização, conteúdo dos cursos, carga horária, por módulos e divulgação. Também foram feitas análise de dados como: número de cursistas e seu tipo de vínculo, número de cursistas matriculados no SIGAA e no Moodle, público realmente atingido e média geral por curso. Para isso, analisou-se os dados dos resultados referentes aos seis (06) cursos do projeto GOVFUN-BR. Tais dados foram obtidos através de coleta realizada na plataforma SIGAA e no Moodle. As informações obtidas tiveram como objetivo avaliar a efetividade dos cursos, bem como levantar informações referente a eles e sugerir pontos de melhoria.

Segundo Fonseca:

“Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p.20 *apud* CÓRDOVA, 2009, p.33).

Para complementar e essencialmente abordar o projeto GOVFUN, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para explicar questões centrais nas quais o projeto trabalha. Para Fonseca:

“A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA,2002, p.32, *apud* CÓRDOVA, 2009, p.37).

Visando um melhor complemento, o trabalho também utilizou fontes secundárias. Segundo Cunha (2001), fontes secundárias: “contêm, informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definitivo; são, na verdade, os organizadores dos documentos primários e guiam o leitor para eles [...]”. De acordo com o conceito apresentado, fontes secundárias podem ser consultadas em: banco de dados, bibliotecas, dicionários, fontes históricas, filmes, bibliografias e por meio de outros canais.

5. RESULTADOS

O Projeto GOVFUN - BR possui em seu plano de trabalho nove (9) metas e dezessete (17) produtos. Dentre estes, na meta 8 (seminários e capacitações), encontra-se o produto quinze (15) denominado “Realizar 6 atividades de capacitação abertas ao público em geral, na modalidade à distância sobre as temáticas de Governança Fundiária no Brasil, contemplando os temas de Regularização Fundiária, Cadastro Multifinalitário, Gestão de Conflitos Agrários e outros vinculados à temática fundiária. A carga horária das atividades deve estar entre 240 e 300 horas.

Somando, as seis capacitações tiveram um total de 280 horas de aula. As primeiras capacitações a serem lançadas foram: “Governança e Regularização Fundiária”, “Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais” e “Visão Crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no espaço rural-atualizações”. Conforme a Tabela 1, as médias gerais de notas das capacitações no Moodle foram, respectivamente: 8,36; 9,31 e 8,94.

Tabela 1 - Média geral de notas das 3 primeiras capacitações lançadas

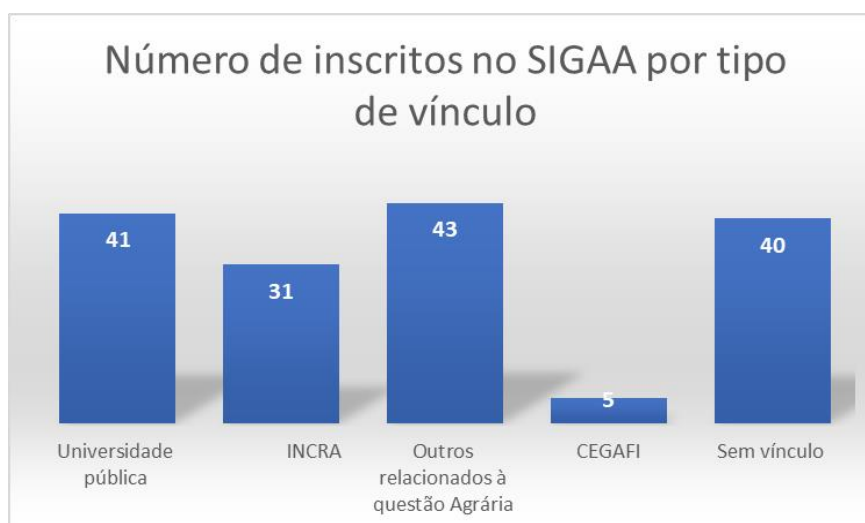
Capacitação	Média geral de notas
Governança e Regularização Fundiária.	8,36
Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais.	9,31
Visão crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no espaço rural-atualizações.	8,94

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos via CEGAFI (2023)

Por meio da Tabela 1, percebe-se que a capacitação com maior média geral de notas foi a “Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais”. As outras 2 capacitações tiveram médias de notas bem próximas, com diferença de 0,58 pontos.

A capacitação “Governança e Regularização Fundiária” contou com um total de 160 inscritos no SIGAA e 83 no Moodle. O Gráfico 1 mostra o número de inscritos no SIGAA na capacitação pelo tipo de vínculo do mesmo.

Gráfico 1 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Governança e Regularização

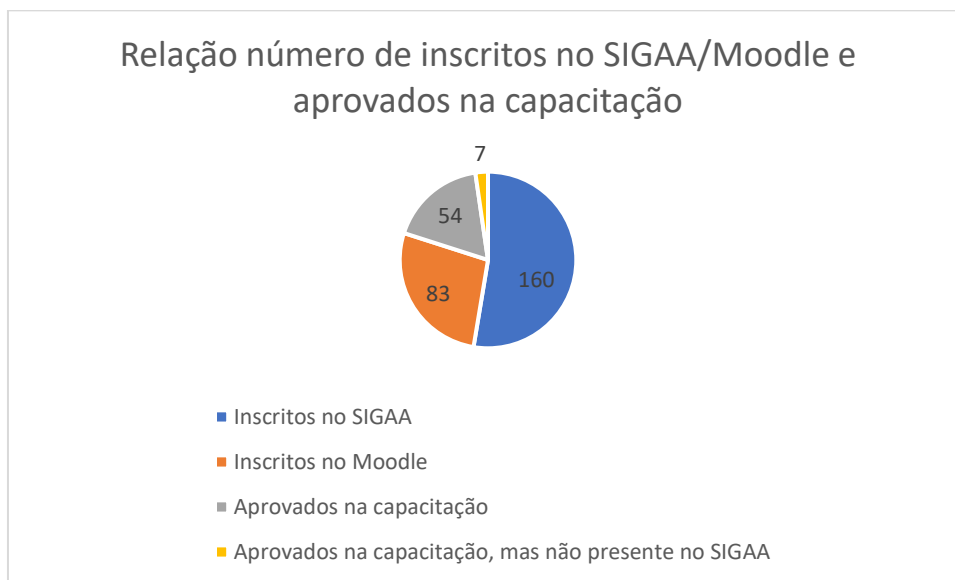


Fonte: Elaborado pelo autor por meio de dados obtidos via CEGAFI (2023)

De suma importância, no Gráfico 1, observa-se que 31 pessoas inscritas no SIGAA declaram ser vinculadas ao INCRA. O INCRA se caracteriza como um dos principais responsáveis e interessado em ações ligadas à Governança e a Regularização Fundiária, já que o mesmo é responsável por ações, promoções e atividades relacionadas ao tema. 41 inscritos declararam ter algum tipo de vínculo com Universidades Públicas; 5 inscritos declararam ter algum tipo de vínculo com o CEGAFI; 40 não possuem nenhum tipo de vínculo e 43 eram pertencentes a atores relacionados com a questão agrária, como, por exemplo, a superintendência Federal da Agricultura do Mato Grosso do Sul e o instituto de terras do Pará (ITERPA).

O Gráfico 2 representa o número de inscritos no SIGAA, número de inscritos no Moodle e o número de aprovados, bem como número de aprovados que não estavam presentes no SIGAA junto à capacitação “Governança e Regularização Fundiária”.

Gráfico 2 - Relação SIGAA/Moodle e aprovados: Governança e Regularização



Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos via CEGAFI (2023)

Percebe-se, por meio do gráfico 2, que apesar do número de inscritos no SIGAA ter sido 160, apenas 83 se inscreveram no Moodle. Dos 83 inscritos no Moodle, 54 foram aprovados na capacitação e dos 54, 7 não estavam presentes no SIGAA e precisaram ser adicionados manualmente para receber os certificados. Dessa forma, conclui-se que o público real atingido foi de 54 pessoas.

Com relação a capacitação “Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais”, foram 80 inscritos no SIGAA e 67 inscritos no Moodle. O Gráfico 3 mostra o número de inscritos no SIGAA na capacitação e o tipo de vínculo do mesmo.

Gráfico 3 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Conflitos Socioambientais

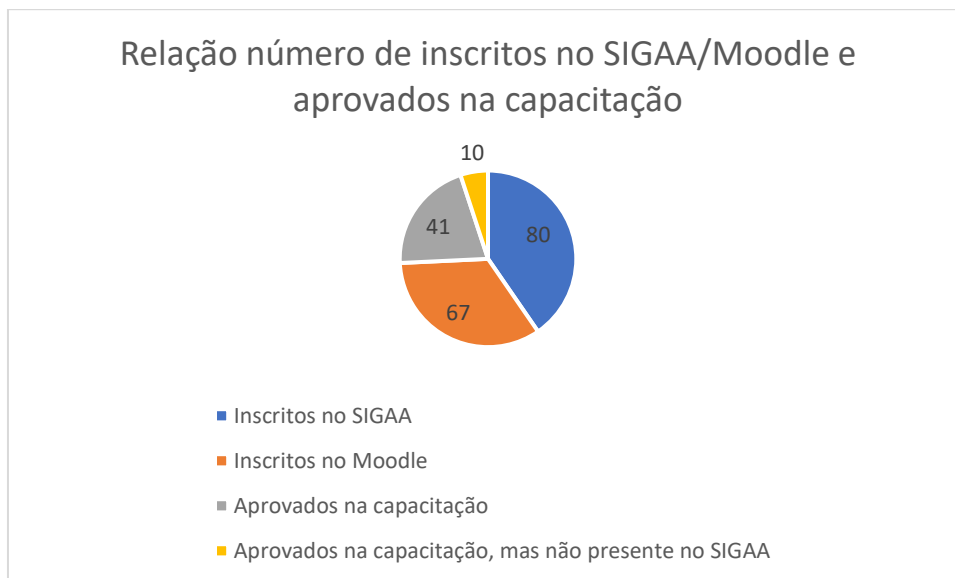


Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos via CEGAFI (2023)

Observa-se, por meio do gráfico 3, que o maior quantitativo de inscritos está na categoria “Universidade Pública”, na qual 35 inscritos declararam que têm algum tipo de vínculo com as mesmas. 7 declararam ter algum tipo de vínculo com o INCRA; 4 com o CEGAFI e 23 não possuem vínculo. Tratando da categoria “outros relacionados à questão agrária”, se observa um total de 11 inscritos que declararam vínculo, como, por exemplo, com o instituto de terras do Amapá.

O Gráfico 4 representa o número de inscritos no SIGAA, número de inscritos no Moodle e o número de aprovados, bem como o número de aprovados que não constavam no SIGAA junto à capacitação “Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais”.

Gráfico 4 - Relação número de inscritos no SIGAA, Moodle e aprovados: Conflitos Socioambientais

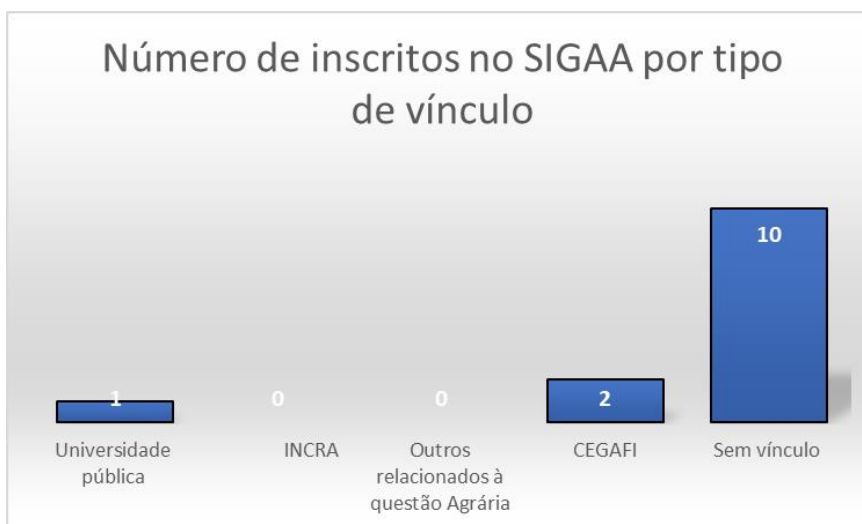


Fonte: elaborado pelo autor por meio de dados obtidos via CEGAFI (2023)

Se nota, por meio do Gráfico 4, que o número de inscritos foi de 80 pessoas no SIGAA, 67 no Moodle e a capacitação “Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais” contou com 41 aprovados. Dos 41 aprovados, 10 tiveram que ser adicionados ao SIGAA manualmente para que pudessem receber seus certificados. O público real atingido foi de 41 pessoas.

A capacitação “visão crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no espaço rural-atualizações” contou com um de 13 pessoas inscritas no SIGAA e 26 no Moodle. O Gráfico 5 mostra a relação inscritos no SIGAA e o tipo de vínculo dos mesmos.

Gráfico 5 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Visão Crítica

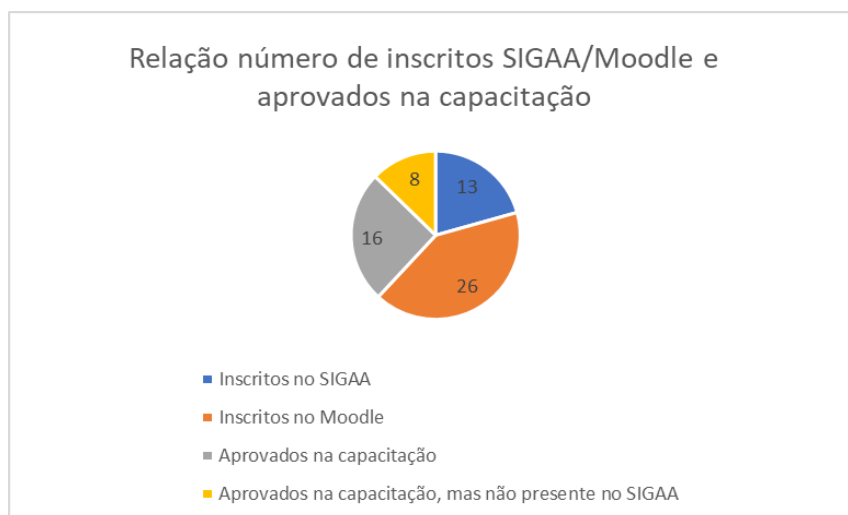


Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos via CEGAFI

Com relação às 2 primeiras capacitações, a capacitação “visão crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no espaço rural-atualizações” teve um pior desempenho no que diz respeito à adesão. A capacitação não teve nenhum inscrito no SIGAA que alegou vínculo com o INCRA ou que faz parte do grupo “outros relacionados à questão agrária”. De forma geral, foram 2 inscritos no SIGAA que alegaram vínculo com o CEGAFI, 1 com Universidades públicas e 10 eram pertencentes ao grupo “sem vínculo”.

O Gráfico 6 representa o número de inscritos no SIGAA, número de inscritos no Moodle e o número de aprovados, bem como o número de aprovados que não constavam no SIGAA junto à capacitação “visão crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no espaço rural-atualizações”

Gráfico 6 - Relação número de inscritos SIGAA/Moodle e aprovados na capacitação: Visão Crítica



Fonte: Elaborado pelo autor com dados obtidos via CEGAFI (2023)

Se percebe, por meio do Gráfico 6 que a capacitação em questão teve 13 inscritos no SIGAA, 26 no Moodle e contou com 16 aprovados, dos quais 8 não estavam presentes no SIGAA e precisaram ser inseridos manualmente para receber os certificados. A quantidade real de pessoas atingidas pela ação é de 16 pessoas.

Posteriormente, foram lançadas as capacitações “Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável”; “Ordenamento Territorial e a questão e a questão Ambiental no Brasil- atualizações” e “Regularização Fundiária e Meio Ambiente em faixa de Fronteira”. As médias gerais de notas das capacitações no Moodle, foram, respectivamente: 7,75;9,12 e 8,15. A Tabela 2 representa a relação capacitação e média geral de nota.

Tabela 2 - Média geral de notas das 3 capacitações lançadas posteriormente

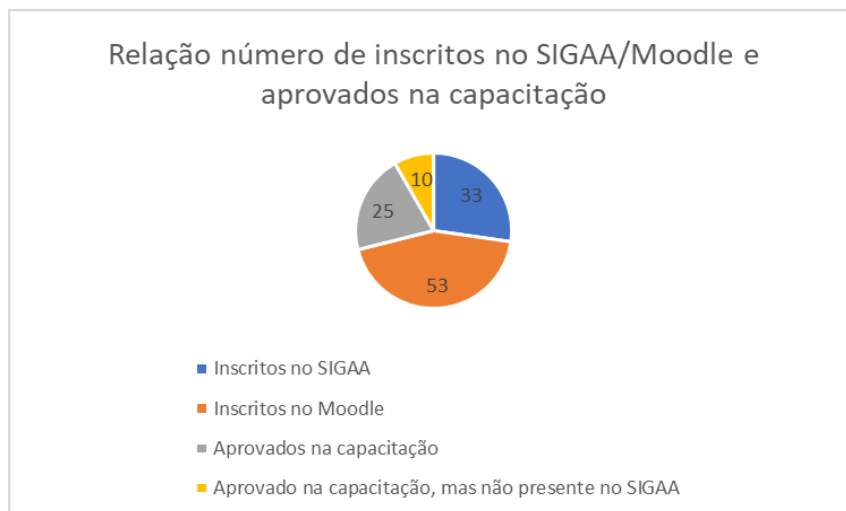
Capacitação	Média geral de notas
Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável.	7,75
Ordenamento Territorial e a questão Ambiental no Brasil- atualizações.	9,12
Regularização Fundiária e Meio Ambiente em Faixa de Fronteira	8,15

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos via CEGAFI (2023)

Por meio da Tabela 2, percebe-se que a menor média geral de notas foi a da capacitação “Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável”. As outras tiveram uma diferença de 0,97 pontos.

Os dados referentes ao número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo da capacitação “**Regularização Fundiária e Meio Ambiente em Faixa de Fronteira**” ficaram indisponíveis no SIGAA. Contudo, o Gráfico 7 representa o número de inscritos no SIGAA, número de inscritos no Moodle e o número de aprovados, bem como o número de aprovados que não constavam no SIGAA junto à capacitação.

Gráfico 7 - Relação número de inscritos no SIGAA/Moodle e aprovados na capacitação: Faixa de Fronteira

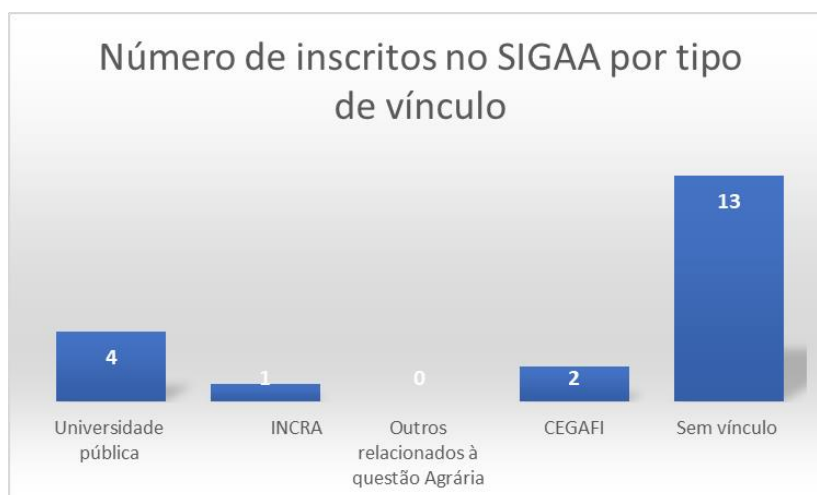


Fonte: elaborado pelo autor com base em dados obtidos via CEGAFI (2023)

Por meio do Gráfico 7, é notável que tiveram 53 inscritos no Moodle e 33 inscritos no SIGAA. Com relação ao número de aprovados, foram 25 e desse número 10 precisaram ser inscritos no SIGAA manualmente para que pudessem receber certificado. Temos que o número real atingido de pessoas foi igual a 25.

A capacitação “Ordenamento Territorial e a questão e a questão Ambiental no Brasil- atualizações” contou com um de 20 pessoas inscritas no SIGAA e 32 no Moodle. O Gráfico 8 mostra a relação inscritos no SIGAA e o tipo de vínculo dos mesmos.

Gráfico 8 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo: Ordenamento Territorial

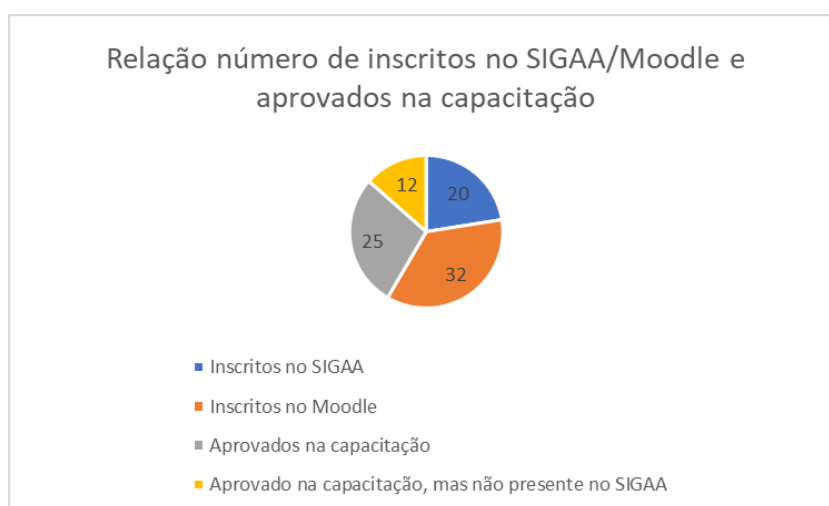


Fonte: elaborado pelo autor por meio de dados obtidos via CEGAFI (2023)

Por meio do Gráfico 8, nota-se que o número de inscritos no SIGAA que declararam vínculo com Universidades Públicas foi igual a 4; 1 declarou vínculo com o INCRA, 2 com o CEGAFI e 13 se enquadraram como não tendo nenhum tipo de vínculo. O resultado para categoria “outros relacionados” à questão agrária foi igual a 0.

O Gráfico 9 representa o número de inscritos no SIGAA, número de inscritos no Moodle e o número de aprovados, bem como o número de aprovados que não constavam no SIGAA junto à capacitação “Ordenamento Territorial e a questão e a questão Ambiental no Brasil- atualizações”.

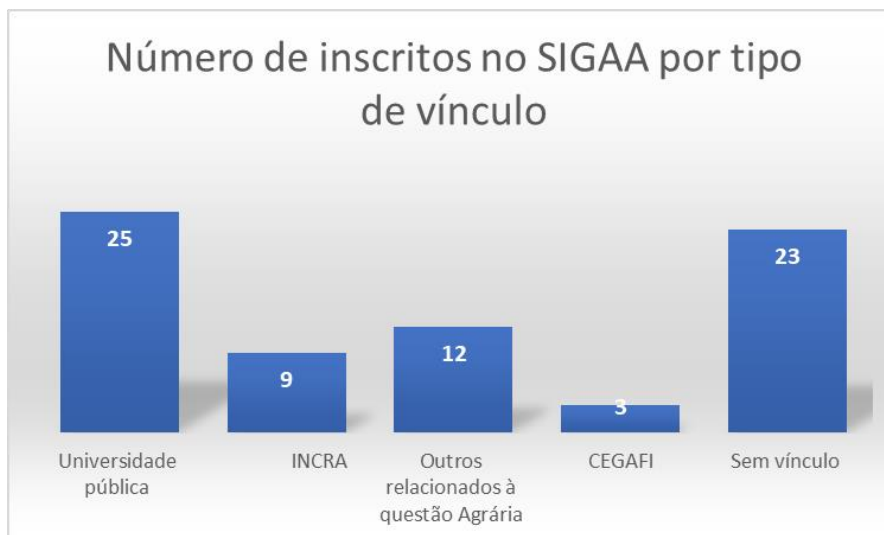
Gráfico 9 - Relação número de inscritos no SIGAA/Moodle e aprovados: Ordenamento Territorial



De acordo com o Gráfico 9, foram 32 inscritos no Moodle, 20 no SIGAA e 25 aprovados na capacitação, dos quais 12 tiveram que ser inscritos manualmente inscritos no SIGAA. Público real atingido: 25 pessoas.

Por fim, a capacitação Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável contou com um total de 73 inscritos no SIGAA e 62 inscritos no Moodle. O Gráfico 10 representa o número de inscritos no SIGAA e o tipo de vínculo do mesmo.

**Gráfico 10 - Número de inscritos no SIGAA por tipo de vínculo:
Desenvolvimento Rural Sustentável**

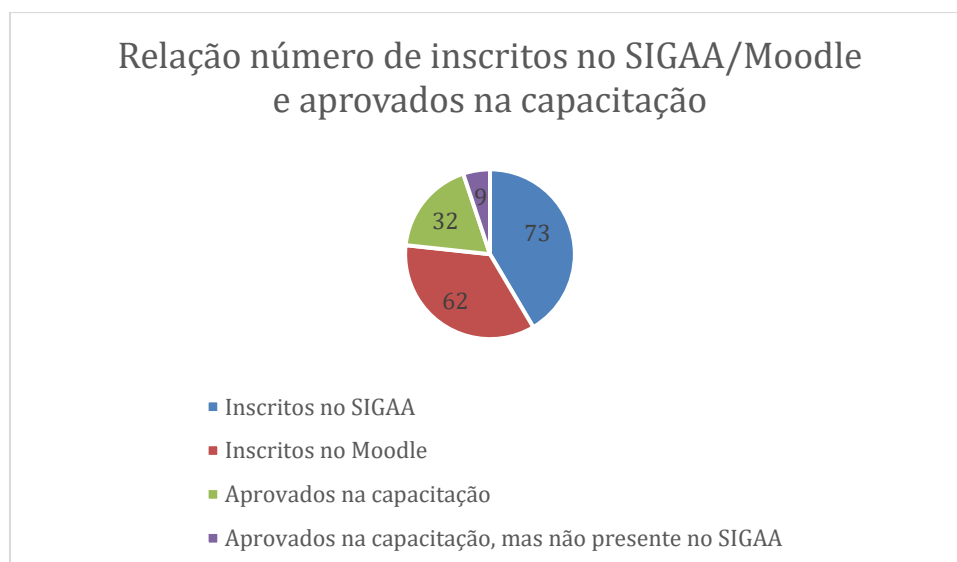


Fonte: elaborado pelo autor com base em dados obtidos via CEGAFI (2023)

Percebe-se, por meio, do Gráfico 10 que 25 inscritos declararam algum tipo de vínculo com Universidades Públicas; 9 com o INCRA; 3 com o CEGAFI e 12 se encaixaram na categoria “outros relacionados à questão Agrária”, sendo o maior índice de ocorrência em 3 pessoas que alegaram vínculo com instituto de terras do Amapá. 23 não possuem nenhum tipo de vínculo.

O Gráfico 11 representa o número de inscritos no SIGAA, número de inscritos no Moodle e o número de aprovados, bem como o número de aprovados que não constavam no SIGAA junto à capacitação “Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável”

**Gráfico 11 - Relação número de inscritos no SIGAA/Moodle e aprovados:
Desenvolvimento Rural Sustentável**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados obtidos via CEGAFI (2023)

Nota-se que em comparação com as demais capacitações, a capacitação Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável foi a que apresentou maior constância em seus resultados. Foram, no total, 73 inscritos no SIGAA, 62 no Moodle; 32 aprovados e desse número 9 precisaram ser inscritos no SIGAA manualmente para que pudessem receber seus respectivos certificados. Público real atingido: 32 pessoas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar os resultados das 6 (seis) capacitações do projeto GOVFUN-BR, no que diz respeito à: método de realização, conteúdo dos cursos, carga horária por módulo e divulgação. Também foram feitas análise de dados como: número de cursistas e seu tipo de vínculo, número de cursistas matriculados no SIGAA e no Moodle, público realmente atingido e média geral de notas por capacitação.

As capacitações foram ofertadas por meio do Centro de Gestão da Agricultura Familiar (CEGAFI). Os dados para construção deste trabalho foram coletados no SIGAA e no Moodle CEGAFI. Também foram feitas pesquisas bibliográficas para explicar a importância das Universidades Públicas, parceria entre Universidade Pública e Governo Federal, SIGAA e Moodle, visão geral das 6 (seis) capacitações e questão Fundiária no Brasil: Governança e Regularização. Primeiramente, observou-se um problema com relação ao número de inscritos no SIGAA e no Moodle CEGAFI. Se observou, por meio dos resultados, que muitos alunos que estavam inscritos no Moodle CEGAFI não estavam inscritos no SIGAA ou estavam inscritos no SIGAA, mas não estavam inscritos no Moodle CEGAFI. Tal fato pode ter ocorrido por falhas na comunicação durante a divulgação das capacitações e/ou falta de atenção dos inscritos. Por isso, recomenda-se que as divulgações de futuras capacitações sejam feitas de forma mais clara, usando de todos os recursos visuais, auditivos e sensoriais possíveis para deixar claro aos interessados nas capacitações que os mesmos devem **obrigatoriamente** estar presente em ambas as plataformas. Para que os aprovados que constavam no Moodle CEGAFI recebessem os respectivos certificados, foi necessário que colaboradores do CEGAFI realizassem as inscrições dos mesmos de forma manual no SIGAA.

Ademais, as capacitações também foram lançadas com contratempos, sendo que as 3 primeiras lançadas: “Governança e Regularização Fundiária”, “Governança Fundiária,

Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais” e “Visão Crítica sobre Tecnologias no processo de Ordenamento Territorial no espaço Rural-atualizações” foram ao ar fora do período estipulado. Dessa forma, as 3 primeiras capacitações lançadas ficaram disponíveis ao público pela primeira vez entre os dias 01/06/2023; e como fechamento, a capacitação Governança e Regularização Fundiária ficou disponível até dia 13/07/2023 para que fosse possível receber o certificado.

Posteriormente, foram lançadas as capacitações: “Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável”, “Ordenamento territorial e a questão Ambiental no Brasil- atualizações” e “Regularização Fundiária e Meio Ambiente em Faixa de Fronteira”, ainda no mês de Junho. Contudo, destaca-se que entre as três citadas, os módulos 2º, 3º e 4º das duas últimas capacitações foram lançados dia 10/07/2023, o que deixou um período de três dias (até 13/07/2023) para que os discentes pudessem completar as capacitações e receber seus respectivos certificados de conclusão. Dito isso, recomenda-se que em futuras capacitações, seja dada uma atenção especial à essa questão para que os discentes possam concluí-las de forma correta e com tempo hábil disponível.

Apesar dos pontos apresentados, é importante ressaltar que todas as 6 (seis) capacitações do Projeto GOVFUN-BR foram concluídas com sucesso. Por fim, salienta-se que durante o período de estágio obrigatório no Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI), o autor teve convivência com o desenvolvimento de ações e Projetos do centro, bem como experienciou execuções de ações importantes para o ator em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. R., Sueni. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA**. Brasília, DF. ano 2020. p 65. Disponível em

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/6523/5799/29484>> Acesso em: 23 de Abril de 2023.

ARAGAKI, Caroline. **A Universidade pública tem papel social, intelectual e econômico**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/universidade-publica-tem-papel-social-intelectual-e-economico/>> . Acesso em 8 de Abril de 2023.

AVILA, M. L; TREVISAN, Marcelo M. **Plano pedagógico-Ordenamento Territorial e Meio Ambiente**. Disponível em:

https://ead.cegafiunb.com/moodle/pluginfile.php/657/mod_resource/content/2/PLANO%20PEDAGOGICO%20E%20MARCELO%20%28ORDENAMENTO%20TERRITORIAL%29%20%282%29.pdf . Acesso em: 26 de junho de 2023.

BRASIL, **Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm> . Acesso em: 4 de abril de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 Abril. 2023.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ensino a distância cresce 474% em uma década.**{Brasília}: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 4 de Nov.22. Disponível em:

<[BORGES, C. Marcos *et al.* Aprendizado baseado em problemas. **SIMPÓSIO:Tópicos fundamentais para a formação e o desenvolvimento docente para professores dos cursos**](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada#:~:text=Entre%202011%20e%202021%2C%20o,presenciais%20diminiu%2023%2C4%25.> . Acesso em: 5 de Maio de 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

da área da saúde Capítulo VIII. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/86619/89549>> . Acesso em: 3 de Maio de 2023.

BORTOLI, Adriano; SALOMÃO DIAS, Julia. **Plano pedagógico-Regularização fundiária e meio ambiente em faixa de fronteira.** Disponível em:

https://ead.cegafiunb.com/moodle/pluginfile.php/638/mod_resource/content/1/PLANO%20PEDAGOGICO%20-%20REGULARIZA%20O%20FUNDIARIA%20E%20MEIO%20AMBIENTE%20EM%20FAIXA%20DE%20FRONTEIRA.pdf . Acesso em 23 de junho de 2023

COUTINHO, Júlia.; RODRIGUES, Débora. **ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CIDADANIA: a questão da terra no Brasil.** VII jornada internacional de políticas públicas, Amazonas. ano 2015. p.2. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/estrutura-fundiaria-e-cidadania-a-questao-da-terra-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 8 de Abril de 2023.

CORDEIRO, P. João; GABAN, C. Amanda. **RESUMO DO TEXTO: “CONCEPÇÕES E MODELOS AGRÁRIOS EM CONCORRÊNCIA NA GESTÃO FUNDIÁRIA: questões oportunas para refletir sobre o caso brasileiro”.** São Paulo, 2019. p,4. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/128140/mod_resource/content/1/Resumo%20sobre%20governan%C3%A7a%20fundi%C3%A1ria%20aperfei%C3%A7oado.pdf>. Acesso em: 6 de Maio de 2023.

CEOLIN, S., C, Amanda. **A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E DE SUPERAÇÃO DA POBREZA: ESTUDO DE CASO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA PONTE EM MINAS GERAIS.** Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, Belo Horizonte, MG, 2015. p, 91. Disponível em:

<<https://www.indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/view/56>> . Acesso em 2 de Maio de 2023.

CASARIL.,C. Carlos. **IMPORTÂNCIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARA A ECONOMIA LOCAL E REGIONAL: O CASO DA UNIOESTE E UTFPR EM FRANCISCO BELTRÃO,** PR. Revista Geosul, Francisco Beltrão, PR, 2019, p.291.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.2019v34n70p286/38522/212754>>. Acesso em 3 de Maio e 2023.

CENTRO DE GESTÃO E INOVAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - Sobre.

Disponível em: <<https://www.cegafiunb.com>>. Acesso em 24 de Maio de 2023.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A PESQUISA CIENTÍFICA**. Disponível em:

<https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf> . Acesso em 3 de Abril de 2023

CONHEÇA o sigaa. **Guia do Estudante- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**.

Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/guiadoestudante/conheca-o-sigaa/#:~:text=O%20Sistema%20Integrado%20de%20Gest%C3%A3o,%C3%A0%20vida%20Oacad%C3%A0mica%20do%20aluno.>> Acesso em 3 de Junho de 2023.

DO COUTO JUNIOR, D. R. Mídias e Educação Infantil: desafios na prática pedagógica.

Informática na educação: teoria & prática, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2013. DOI:

10.22456/1982-1654.16644. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/16644>>. Acesso em: 8 junho. 2023.

DE VASCONCELOS, Fagner F.; RIBEIRO, R. J. **Plano pedagógico-Visão crítica sobre tecnologias no processo de ordenamento territorial no espaço rural – Atualizações**.

Disponível em:

https://ead.cegafiunb.com/moodle/pluginfile.php/609/mod_resource/content/2/PLANO%20PEDAGOGICO%20-%20R%20MULO%20E%20FAGNER%20%28VIS%20CR%20DTICA%20E%20TECNOLOGIAS%29.pdf . Acesso em 24 de junho de 2023

EXTENSÃO universitária. **Universidade Federal do Espírito Santo**, 2013. Disponível em:

<<https://proex.ufes.br/o-que-e-extensao-universitaria>> . Acesso em: 21 de Maio de 2023.

ESCOBAR Hertton. 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. **Jornal da USP**, São Paulo. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>> . Acesso em 22 de maio de

2023.

GOMES, Matheus Fillipi Coimbra. **UM ESTUDO ACERCA DA ADMINISTRAÇÃO DE TERRAS RURAIS E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA**. Orientador (a): Reinaldo Miranda.

TCC-(Graduação)- Curso gestão do agronegócio, Faculdade UnB de Planaltina, Brasília, DF,

2019. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26572/1/2019_MatheusFellipeCoimbraGomes_tcc.pdf>

. Acesso em 20 de Maio de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - CENSO

AGROPECUÁRIO 2017- **Estabelecimentos**: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html>>. Acesso em: 7 de Abril de 2023.

JACOBSON, Tamiel K.B; ROITMAN, Iris. **Plano pedagógico- Regularização Ambiental e Fundiária e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Disponível em:

https://ead.cegafiunb.com/moodle/pluginfile.php/770/mod_resource/content/2/PLANO%20EDAG%C3%93GICO%20-%20TAMIEL%20E%20IRIS%20%28DES.%20RURAL%20SUS.%29%20%282%29.pdf .

Acesso em: 24 de Junho de 2023.

JACOBSON, Tamiel K.B; ROITMAN, Iris. **Plano pedagógico-Governança Fundiária, Regularização Ambiental e Conflitos Socioambientais.** Disponível em:

https://ead.cegafiunb.com/moodle/pluginfile.php/686/mod_resource/content/1/PLANO%20EDAG%C3%93GICO%20-%20CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS.pdf Acesso em 24

de junho de 2023

LIMA, José Maria Maciel. Plataforma Moodle: **A educação por mediação tecnológica.**

Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 01, Vol. 07, pp.

17-37. Janeiro de 2021. Disponível em:

<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/plataforma-moodle> >. Acesso: 24 de Junho de 2023.

MANGOLIN, M. Amanda *et al.* **REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE EAD, TICS E UNIVERSIDADE CORPORATIVA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.** Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia Volume 2, número 1 – 2016. Disponível em: <https://repae-online.com.br/index.php/REPAAE/article/view/57/pdf_9> . Acesso em 25 de Abril de 2023.

MIRANDA FILHO, R. J.; SANTOS, Katiúcia M. **Plano pedagógico- Governança e Regularização Fundiária.** Disponível em:

https://ead.cegafiunb.com/moodle/pluginfile.php/714/mod_resource/content/4/PLANO%20EDAG%C3%93GICO%20-%20KATI%C3%93CIA%20REINALDO%20E%20MARCELO%20%28Governan%C3%A7a%20e%20Regulariza%C3%A7%C3%A3o%20Fundi%C3%A1ria%29%29.pdf .

Acesso em 17 de Junho de 2023.

MUSSIO, C. Simone. **Reflexões sobre as modalidades de estudo na educação a distância: benefícios e limitações.** Revista EDaPECI São Cristóvão (SE)v.20 . n. 1, p. 119-129jan./abr.

2020. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/12187/10395>> .

Acesso em: 30 de Abril de 2023.

MALLMANN, R. Eduardo .**Análise do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) na perspectiva do corpo docente e discente do curso Técnico**

Integrado em Edificações – IFSC Câmpus São Carlos. Disponível

em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/754/Artigo%20Final%20Correcoes%20feitas%20Eduardo%20R%20Mallmann.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 27 de Abril de 2023.

OLIVEIRA, B. J., Antônio. **Uma breve história da UFRJ.** Disponível em:

<<https://conexao.ufrj.br/2019/09/uma-breve-historia-da-ufrj/>>. Acesso em 21 de junho de 2023

POMPEU, F. F. **Terras Públicas Pra Quem?: o papel das terras de domínio da União na produção do espaço urbano em Fortaleza.** 2022. 127 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7130>>. Acesso em 25 de Junho de 2023.

ROSTAS, H. S., Márcia; ROSTAS R., Guilherme. **O ambiente virtual de aprendizagem (moodle) como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem: uma questão de comunicação.** Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/px29p/pdf/soto-9788579830174-08.pdf>>. Acesso em 25 de Junho de 2023.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. **BREVE HISTÓRICO ACERCA DA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL.** Revista Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>>. Acesso em 2 de Abril de 2023

SALES, G. S., Stéfany. **Como se inscrever.** Disponível em:

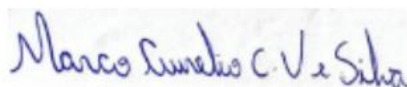
<<https://www.cegafiunb.com/2023/04/26/cegafi-oferece-capitacao-ead-via-projeto-govfun/>>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

VILAS BOAS, G. Lucas. **CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL.** Juiz de Fora (MG), ano 2018. p.52. Disponível em:

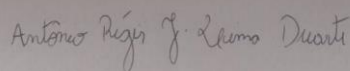
<<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6982>>. Acesso em: 10 de Abril de 2023

**Termo de Conclusão do Relatório de Estágio Supervisionado
Obrigatório**

Informo que o discente Antônio Régis Junielson Lima Duarte, de matrícula 190131144 apresentou o trabalho de conclusão do relatório de estágio supervisionado obrigatório, do Curso Bacharelado em Gestão do Agronegócio.



Assinatura do(a) Supervisor(a) Externo



Assinatura do(a) Estagiário (a)